

NEM TODOS OS GATOS JÁ FICARAM PARDOS*

José Luís Fiori**

"Impelido pelas exigências contraditórias de sua situação e estando ao mesmo tempo, como um prestidigitador, ante a necessidade de manter os olhares do público fixados sobre ele, como substituto de Napoleão, por meio de surpresas constantes, isto é, ante a necessidade de executar diariamente um golpe de Estado em miniatura, Bonaparte lança a confusão em toda a economia burguesa (...)"

O Dezoito Brumário de Luis Bonaparte
Karl Marx

O plano de estabilização econômica do Governo Collor não é de esquerda por ter uma fisionomia heterodoxa, nem é necessariamente ruim por ter objetivos rigorosamente ortodoxos. Seu formato, extremamente complexo, distancia-se da atitude liberal mais conhecida, apenas porque tem o bom senso (agradeçamos a Mailson e à Bunge e Born) de se adequar a uma realidade econômica e social rigorosamente heterodoxa em seu funcionamento e nos seus desequilíbrios, estes acelerados por uma crise sem precedentes, que nos levou a uma explosão hiperinflacionária, disfarçada por sua natureza paradoxalmente gradual. Mas esse programa de estabilização seria apenas um exercício de consistência lógica e de engenhosidade técnica, se não se inscrevesse em uma estratégia de médio e longo prazos que quer redesenhar radicalmente a sociedade brasileira, reorganizando a economia e revolucionando o Estado segundo padrões estritamente liberais.

A complexidade, a extensão e a radicalidade da proposta explicam a imensa confusão que se alastra a partir das filas bancárias, arrepiando as lideranças empresariais e sindicais e indignando amplos setores da classe média, ao mesmo tempo em que desorientam os economistas conservadores, entusiasma as elites burocráticas e impõem um estado de per-

* Artigo redigido em 20 de março de 1990.

** Cientista Político, Professor Titular do Instituto de Economia Industrial da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

plexidade semi-eufórica à intelectualidade progressista, dividida entre a competência técnica do plano e a sua provável implementação policial. É hora de organizar as idéias, mesmo correndo o risco da imprecisão. Estas notas não se propõem a nenhum tipo de incriminação. Opõem-se à confusão política reinante no debate econômico, na certeza de que, com o fim da transição democrática, também devem chegar ao fim as geléias ideológicas. É uma hora de afirmação de identidades sem medo às diferenças. Proposta que parece mais difícil, hoje, para um pensamento progressista posto na defensiva pela crise de seus paradigmas e pela conseqüente conjunturalização de suas utopias.

No momento, o programa de estabilização propriamente dito é o que atrai mais as atenções, provocando entusiasmo e gerando maiores resistências; e com razão. Afeta a vida cotidiana de todos — pessoas físicas e jurídicas —, altera regras consagradas de convivência e contrato, atingindo, de imediato, interesses de grandes proporções. Sobretudo fascinam, em um primeiro momento, sua coragem na busca arbitral de uma certa equidade na distribuição dos ônus, coisa inusitada na história brasileira, e seu esforço hercúleo para cobrir todos os ângulos do problema, evitando as filtragens e tentando coibir a eficácia da "malandragem" dos agentes econômicos. Nesse sentido, todos reconhecem ou vêm sofrendo os efeitos de um plano, cuja arquitetura é tão imaginosa e brilhante que alguns já temem que possa tropeçar em sua própria complexidade devido à dificuldade de manter a equidade, na medida em que avançam a sua administração e os seus efeitos.

Fascinam igualmente inúmeros aspectos "justicialistas" da nova política fiscal, que se propõe a atingir as grandes fortunas e as altas rendas agrícolas, eliminando quase todos os incentivos e subsídios, pon-do fim ao anonimato nas aplicações financeiras e taxando todas as grandes aplicações em bolsas, "overnight", poupança, fundos, etc. Todas essas medidas recolhem propostas mais ou menos antigas dos partidos e intelectuais de esquerda.

Essa reforma fiscal prolonga-se em uma reforma administrativa, ainda embrionária e menos festejada pela esquerda. E isto porque os ganhos econômicos anunciados pelo enxugamento da máquina estatal não apenas anunciam custos sociais altos, como, sobretudo, apontam a componente liberal de mais longo prazo da estratégia posta em movimento pelo Governo Collor, e que comentaremos logo adiante.

Mas, certamente, o que mais entusiasmo a um setor progressista mais restrito e especializado é a repentina inversão de signo produzida pela reforma monetária: o congelamento temporário de 80% da riqueza líquida, afetando concentradamente o até hoje inatingível mundo da valorização e/ou especulação financeira, deu um passo político inédito na história

brasileira e, de imediato, interrompeu a ciranda financeira, desacelerando vertiginosamente o giro da dívida pública, prenunciando o zera-mento do "deficit" público operacional. Como em um passe de mágica, e sem moratória interna formal, o Estado deixa de ser o grande devedor para ser o maior provedor da liquidez da economia brasileira. Mais do que isto, se houvesse possibilidade de uma negociação razoável da dívida externa, o Estado romperia — ainda que transitoriamente — a barreira da ingovernabilidade, recuperando o controle da moeda, condição "sine qua non" da estabilidade de qualquer política capitalista, ainda mais quando democrática. Reformas monetária e fiscal que, somadas ao "tarifaço" do setor público, produzirão uma das mais amplas, radicais e inusitadas estatizações dos ganhos e socializações das perdas ocorridas na história capitalista, fora de uma situação de guerra. Fenômeno até hoje impensável em nosso país e, talvez, a maior "traição" sofrida por nossas classes dominantes; certamente maior do que a sofrida com a abolição da escravatura.

Os burocratas de Estado e os economistas em geral também consideram positiva a política de rendas anunciada. Divergindo radicalmente das lideranças sindicais e dos partidos de esquerda, acreditam que o congelamento informal e o estreitamento da liquidez produzirão uma desaceleração inflacionária de tal ordem que compensará as perdas sofridas com o desconhecimento da inflação do mês de março e a não-reposição trimestral que deveria ser paga nesse mesmo mês.

Ninguém desconhece as imensas dificuldades que deverão ser enfrentadas pelo programa nos próximos meses. Quase todos vêem dificuldades, em relação à dívida externa, ao comportamento do câmbio, ao impacto recessivo devido à excessiva iliquidez, às novas formas de agiotagem que surgirão, defendendo o sistema bancário contra o sistema produtivo e ao imenso custo social que a recessão poderá trazer, sem que se vislumbrem mecanismos de compensação. Mas sobretudo técnicos e intelectuais dificilmente conseguem prever (admitir?) o que eles consideram a "irracionalidade" do comportamento dos atores políticos e dos agentes econômicos. Uns movidos pela lógica implacável da luta eleitoral pelo poder, os outros por suas expectativas perfeitamente racionais do ponto de vista da maximização de suas vantagens microeconômicas.

Trata-se da face e da contraface de um mesmo problema, apesar de que alguns só percebam pontos de estrangulamento ou incoerências técnicas, onde, na verdade, estão atuando e conflitando interesses econômicos e políticos perfeitamente entrelaçados. Temos aqui a velha dificuldade de aceitar que a lógica, ainda que científica, do discurso e da política econômica dificilmente coincide com a das demandas econômicas e políticas. Dificuldade responsável por tantas conversões autoritárias, sejam elas institucionais, sejam intelectuais.

Mas esse programa de estabilização não se esgota em suas virtudes e dificuldades imediatas. O Presidente Collor vem insistindo em demonstrar que ele só tem sentido como condição (heterodoxa?) básica de uma estratégia, cujo objetivo último é a implantação definitiva do mercado, e só do mercado, como mecanismo fundamental, destruidor da improdutividade, promotor de uma competitividade aberta aos fluxos internacionais e desligada do Estado. Nessa direção, inscrevem-se medidas menos precisas, mas inconfundíveis em seu rigor ortodoxamente liberal. Nesse ponto, muitos calam, mas a maioria dos progressistas está rigorosamente dividida. Num primeiro momento, isso ocorre talvez porque várias reformas institucionais e afirmações presidenciais prolongam medidas estabilizadoras que visam à destruição do Estado cartorial: fim dos subsídios, incentivos, programas especiais, reservas de mercado, etc. "Nunca mais teremos um Estado-hospital", foram as palavras do Presidente em entrevista à Rede Globo, no dia 18 de março passado. E, de fato, não apenas as medidas tomadas como também o comportamento quase raivoso do Presidente frente a todo e qualquer tipo de demanda regional, cartorial, setorial ou mesmo parlamentar parecem atestar uma inabalável decisão de não ceder. Decisão que será brevemente testada na hora de abrir ou fechar suas já famosas "torneirinhas" encarregadas de irrigar a economia. Nesse sentido, elas podem ser vistas como instrumentos, ainda que embrionários, de uma nova política de desenvolvimento, que implicará novas arbitragens, pressões e conflitos de alto calibre. Muitos já vêem o atual momento como a hora do acerto de contas.

A proposta explícita do Presidente Collor, entretanto, vai além da destruição do Estado cartorial. Objetiva desmontar o próprio instrumental desenvolvimentista do Estado. Nessa matéria, não tem havido meias palavras. O programa de privatização não tem fronteiras nítidas, ou, rigorosamente, não tem fronteiras ideológicas ou estratégicas. As medidas provisórias, se aprovadas como estão pelo Congresso Nacional, delegam ao Executivo o poder de decidir administrativamente a extensão do processo de privatização tanto quanto a da abertura de nosso comércio exterior. Em ambos os casos, o Presidente tem posições de princípio inconfundíveis: rigorosamente liberais, sem que até agora se tenha percebido qualquer traço de heterodoxia. O mesmo acontece com relação ao objetivo da desregulação da economia e da eliminação radical de qualquer tipo de reserva de mercado. Nessa mesma linha, chama atenção a ausência de qualquer medida ou discurso que faça referência a tipos de fundo ou propostas de investimento sustentadas em uma política industrial ativa. Sobre tudo quando se tem claro que tudo aquilo que o aperto monetário matar dificilmente poderá ser ressuscitado pela abertura pura e simples das "torneiras"; só os "cartórios", evidentemente.

Por isso, acreditamos que o plano econômico do Governo Collor só adquire verdadeiro sentido e coerência quando analisado em sua globali-

dade, o que supõe pensar mais além do programa puro e simples de estabilização.

Vista assim, a estratégia Collor inscreve-se de ponta a ponta no receituário "neoliberal" aplicado, inicialmente, nos países centrais por um ator (Reagan) e nos países periféricos por um ditador (Pinochet). Ainda mais, quando aparece, em geral, como uma fórmula inventada pela Senhora Thatcher, explicitamente admirada pelo Presidente recém-empossado. Nesse ponto, qualquer confusão ou dúvida só pode ser obra da ignorância ou do auto-engano.

Diga-se com todas as letras: não vemos nenhum pecado na posição presidencial. Defendeu-a em toda a sua campanha e recebeu apoio decidido de todos aqueles que já vêm construindo ou associando-se ao "consenso" liberal, visível em nossa imprensa e na voz de toda a nossa elite intelectual conservadora. Consideramos apenas que a esquerda e os progressistas em geral devem levar essa questão em conta, sobretudo quando não for essa a sua utopia para a nova etapa do desenvolvimento brasileiro, que se abrirá na década de 90.

Não há como tapar com a peneira os objetivos estratégicos do programa de estabilização. Até porque, em nosso entender, eles não são contraditórios. A dimensão heterodoxa da estabilização responde, como já dissemos, às nossas peculiaridades objetivas e não a uma opção que poderia ser considerada progressista no debate interno da corporação dos economistas. É impossível pensar em desregulação e desestatização em uma sociedade sem governo. Seria um contra-senso — está aí Mailson da Nóbrega para confirmar — apostar em um receituário ancorado exclusivamente nas políticas monetária e fiscal, em um país cujo Governo está incapacitado de realizá-las. No essencial, nesse sentido, deixemos de ilusões, as reformas monetária e fiscal reconstróem o poder de governar com vistas a liberalizar.

Nenhum conservador ou neoliberal do Mundo teria coragem — que não fosse por ignorância ou má fé — de defender o contrário. Uma coisa é desestatizar, outra, completamente diferente, é destruir o poder político e a capacidade de governar. Ninguém foi mais imperial no exercício do governo que Reagan e Thatcher; sem falarmos de Pinochet, enquanto reduzia o Estado às suas funções mínimas. Não por acaso, Samuelson cunhou a expressão "fascismo de mercado", referindo-se ao caso chileno.

Mas tampouco criemos confusões no sentido contrário. A estratégia do Governo Collor não desqualifica as virtudes de seu plano de estabilização. Junto com a democracia, a sociabilidade mais elementar será sempre, e implacavelmente, abalada em uma sociedade capitalista com a destruição da moeda. Sem a estabilização do seu valor, não apenas se dilui a possibilidade de contratos, mas dissolvem-se todas as hierarquias e

as referências éticas mais elementares. Não é necessário, nesse sentido, reportarmos aos casos alemão, húngaro, entre outros. Basta repensarmos o que estivemos vivendo nestes últimos meses, no dia-a-dia de nossa sociedade.

Entendemos, por isto, o consenso existente hoje na sociedade brasileira sobre o caráter prioritário da luta antiinflacionária e a simpatia generalizada pela idéia de um programa de estabilização. Nesse nível, o que discutimos é a repartição dos custos nos curto, médio e longo prazos. E, sob esse ângulo, devemos discutir, como o faremos mais a frente, a posição de amplos segmentos assalariados, antevendo os efeitos recessivos do programa. Mas, se esse consenso pode ou deveria conduzir a um pacto político visando à "despartidização" temporária da moeda, seria ilusão supor que isso ocorreria de uma só vez e sem confrontos. Afinal o dinheiro segue sendo uma relação e, neste caso, entre atores ou agentes extremamente desiguais.

O consenso estabilizador, portanto, não pode negar nem conseguirá alterar automaticamente as desigualdades. Mas, além disso, ele tampouco dissolve as divergências político-ideológicas mais amplas em torno das diretrizes estratégicas das transformações em curso. Nesse outro nível, qualquer clarificação de posições passa, como já sugerimos, por uma leitura global do plano econômico, com seu conseqüente enquadramento político-ideológico, e por uma análise do seu significado histórico para os principais atores políticos da sociedade brasileira.

Na verdade, o que está ocorrendo, neste momento, na vida política brasileira? O que se esconde por detrás do que poderia ser apenas mais um plano de estabilização?

Movido pela certeza da ingovernabilidade num quadro hiperinflacionário, um presidente de direita, eleito com o apoio de quase todos os segmentos da nossa classe dominante e com o voto de uma maioria que rejeitou a alternativa progressista, está propondo, a partir de seu plano de estabilização, uma estratégia de desenvolvimento que muda radicalmente a economia e o Estado brasileiros. Consciente ou inconscientemente, ele assume o esgotamento de um padrão de desenvolvimento alavancado pelo Estado e propõe, a partir de uma reforma financeira, a modificação das regras de relacionamento entre o Estado e o mercado e dos vários capitais nacionais e internacionais entre si. Recolhe, com isso, o consenso liberal-privatista e antiestatal de nossas elites e aponta o mercado como mecanismo básico de fundamentação das relações econômicas e de soluções para os vários aspectos da crise que o País viveu nos anos 80. Com este objetivo último, perfeitamente enunciado, assume os riscos de uma arbitragem até agora impossível, fortalecendo, no curto prazo, o Estado com a promessa de retirá-lo da função central que cumpriu durante a era

desenvolvimentista. Uma estatização tática como caminho para a implementação da mais radical proposta de desestatização apresentada e apoiada eleitoralmente pela maioria da sociedade brasileira.

Ao tomar esse rumo, o Presidente propõe nada mais nada menos do que a revogação de compromissos e regras pactadas nos anos 30, confirmados na prática a partir dos anos 70 e responsáveis pelo nosso acidentado processo de modernização industrial. Tenta responder, dessa forma, a tantos que há muito diagnosticam no impasse financeiro do setor público uma crise profunda do Estado. Mas deixa a quase todos perplexos pela forma voluntariosa e imperial com que pretende enfrentar as resistências de toda ordem que se opõem a sua maior utopia: o mercado; e também pela grande novidade de ser um presidente de direita que esgrime uma linguagem original e que se propõe a uma prática incomum em nossas classes dominantes: a do interesse geral.

Em síntese, o que estamos assistindo é uma novidade na história política brasileira, mas é a regra geral das grandes transformações não revolucionárias, feitas por lideranças ou partidos conservadores com ampla incorporação das idéias opositoras. Regra que se faz quase irrevogável, quando essas transformações envolvem, ademais, pesadas arbitragens sobre a posse da riqueza.

Na ausência de um projeto consensual, enfrentando a extraordinária segmentação dos interesses empresariais e contando com escassa base parlamentar, o Presidente Collor embarca nessa "revolução neoliberal", apoiado no comportamento errático da opinião pública e na certeza de que, sem nenhuma outra alternativa, o empresariado "traído" acabará aceitando sua arbitragem bonapartista. O mesmo ocorrendo com bancadas parlamentares, que, em ano de reeleição, sem poder contar com a intermediação clientelística, deverão apostar no prestígio de um presidente carismático e "sem compromisso".

Talvez, nessa caminhada, o Presidente Collor seja surpreendido pela vitalidade de grupos e interesses que sempre subscreveram retoricamente o ideário liberal, apoiando o autoritarismo e praticando o cartorialismo. Esses grupos reaparecerão com toda força na batalha em torno das "torneirinhas" do Banco Central. E as pressões serão tão mais fortes quanto mais ingênua for a visão presidencial sobre a viabilidade de uma economia desprovida de qualquer proteção. O problema real de todas as economias capitalistas abertas não é o da opção entre proteger e não proteger, mas, sim, entre quem proteger durante quanto tempo e com que objetivos estratégicos. Até agora, pelo menos, parece que o Presidente realmente acredita que o mercado conseguirá definir os objetivos da Nação.

De qualquer maneira, o problema das divergências intraburguesas terá que ser resolvido no interior do "Partido da Ordem", mas, se o bonapartismo de Collor não for acatado, abrir-se-ão amplas alamedas rumo ao caos econômico, ao autoritarismo puro e simples: o "fascismo de mercado". Sobre tudo porque o boicote empresarial só poderá fortalecer a atitude defensiva dos trabalhadores, que, nesse caso, ficarão sem pão nem pedaço, como sempre ocorreu na história dos pactos políticos brasileiros.

Esse bonapartismo assusta, mas, de certa forma, fascina setores da intelectualidade progressista. Atraída pelo "estatismo", pela "modernidade" ou mesmo pela "justiça social", seus vários segmentos — em geral fortemente iluministas e voluntaristas — comovem-se com a possibilidade única de levar à frente o projeto de uma estabilização heterodoxa e "justicialista" que abra as portas à modernidade; guiados por um **"condottiere"** pouco afinado com os moldes assistencialistas clássicos, apesar de seu crescente entusiasmo retórico pelos "descamisados". Embalados por esse sonho, criticam veementemente qualquer tipo de oposição ou contestação que possa afetar o plano de estabilização presidencial, transformado, na prática e nos debates, em um fim em si mesmo. Nesse ponto, condensam-se as maiores confusões, anunciando, quem sabe, a diáspora final de uma intelectualidade abalada em suas convicções pela desordem do espaço ideológico contemporâneo e por uma prolongada submissão aos termos de um debate econômico extremamente "conjunturalizado".

A esse respeito, não cabem vetos nem juízos de valor. Apenas uma clarificação de identidades e fronteiras, se é que elas ainda podem existir entre os intelectuais.

Muitos técnicos de carreira, ou próximos à burocracia estatal, entusiasmam-se simplesmente porque Collor, com as reformas fiscal e monetária, somadas a um disciplinamento administrativo do setor público, estaria criando bases para o exercício pleno da função governamental depois de longos anos de desordem e entropia progressiva das organizações estatais. Outros, afogados há 10 anos em um debate eminentemente conjuntural, parecem haver reduzido o ideário progressista a um conjunto de medidas no âmbito da política econômica. Estes são, certamente, os mais recompensados pela inclusão de inúmeras de suas propostas no programa estabilizador.

Mas há os que — e talvez devessem apoiar explicitamente o Governo Collor —, a partir de uma crise de identidade vivida pelo socialismo, recolhem na história recente suas novas inspirações, erigindo como utopia a "economia social de mercado" da democracia cristã alemã ou algum tipo heterodoxo de "tatcherismo fabiano", tipos de modernidade, enfim, assentados no mercado e em algum tipo de proteção social. Restam, por fim, aqueles que, fascinados pela revitalização súbita do Estado, apostam na

anemia schumpeteriana do empresariado e na renovação, **"malgré tout"**, do papel condutor do Estado, como em 64, no comando do velho tripé, ressuscitado não mais pela forma dos cartórios, mas pela visão iluminada de técnicos incorruptíveis.

Quaisquer dessas posições são ético-ideologicamente valiosas, desde que sejam assumidas não só com nitidez, mas com todas as suas consequências políticas. O que nos parece menos aceitável é que os intelectuais progressistas queiram definir, a partir da cientificidade de seu discurso, a posição correta dos partidos políticos de oposição, ou pior ainda, daqueles que ocupam objetivamente a posição de trabalhadores, sejam eles progressistas ou não.

Ao desconhecer as regras do conflito eleitoral político-partidário, vigentes em qualquer sistema eleitoral competitivo, contribuem com o discurso da apoliticidade, que conduz irremediavelmente às soluções autoritárias, sempre piores do que a pior das negociações. Mas sempre tão atrativo — inconscientemente — às razões iluminadas que pensam poder mudar o rumo da história com três fórmulas de política econômica ou social.

Pior, ao atacar a "irracionalidade" dos trabalhadores, desconhecem, antes de tudo, o fato de que, em qualquer dos caminhos trilhados pela história rumo à "modernidade", os trabalhadores tiveram que conquistar seu espaço econômico e político, negociando certamente, mas lutando durante a maior parte do tempo.

Se a estabilização da moeda é um imperativo, ela é e será também um conflito, onde cada ator deverá defender e negociar suas posições. Várias são as formas de agiotagem, e infinitos, os caminhos sublegais de auto proteção empresarial. Menos sutis e mais visíveis — aos olhos do Senhor Tuma — são os instrumentos de defesa dos trabalhadores.

Negociar e pactar é preciso, mas a partir de posições nítidas e diferenciadas, sobretudo quando envolvem tamanhas assimetrias de poder e riqueza. A menos que, como intelectuais, queiramos exigir dos trabalhadores submissão à "lógica científica" de nosso discurso, ou à boa vontade de nosso empresariado, ou, ainda, à "firme decisão" de nosso Bonaparte.

É bem provável que os trabalhadores prevejam melhor o comportamento empresarial do que os economistas o do capital. E, até prova em contrário, nem todos os gatos já ficaram pardos.